

Sarney fala duro contra nova Carta

Presidente condena a "falta de unidade" e o "casuismo" do projeto

"Falta de unidade" e "casuismo" foram alguns dos termos usados pelo presidente José Sarney, ontem, para criticar a Constituição que, na sua opinião, "em alguns pontos foi muito mais voltada para o passado do que para o presente e também para o futuro". Constatou o rol das críticas do Presidente alguns "excessos de detalhamento" de direitos e de relações de trabalho que, segundo ele, "são alterados com o tempo e no entanto foram elevados a artigos da Constituição". As críticas provocaram respostas do deputado Ulysses Guimarães e de Sarney à reação do presidente da Constituinte.

O caso da jornada máxima de trabalho, foi um exemplo dado por Sarney, em seu programa semanal "Conversa ao pé do rádio", de temas que deviam constar das leis ordinárias mas que, "injustificadamente, entraram no corpo constitucional". Na sua opinião, "esse assunto é de competência dos sindicatos, nos acordos coletivos".

Ainda sobre o caso da jornada máxima de seis horas nos turnos ininterruptos, o Presidente afirmou que "há previsão, por exemplo, de que com esse



Sarney

dispositivo, teremos dificuldades para colocação dos nossos produtos siderúrgicos, que perdem competitividade no setor internacional e aumenta o preço das mercadorias que necessitam de produtos siderúrgicos no setor interno".

Sarney condenou a decisão dos constituintes de equiparar os direitos do trabalhador avulso aos do trabalhador permanente, argumentando que "isto vai impedir que milhões de pessoas que hoje ganham a

vida prestando serviço avulso, como as faxineiras, por exemplo, continuem trabalhando e que ganhem pelos dias em que trabalham". Esta é, em princípio, na aparência uma boa idéia, mas no fundo é um fato ruim, como declarou.

Depois de criticar esses pontos, que considerou como "imprevidências", passou ao ataque de coisas "mais graves" citando como exemplo os artigos que, disse, "implicarão em distribuição de favores para alguns que custarão, pelos cálculos mais baixos, uma cifra superior a um trilhão de cruzados. E quem paga esse dinheiro? O povo brasileiro".

Entre esses "favores" Sarney citou o caso da anistia aos pequenos empresários e agricultores. Ele afirmou que isto representará um prejuízo de 377 bilhões de cruzados, dos quais 80 por cento dos bancos oficiais. "E simpático anistiar devedores em dificuldades, mas o povo brasileiro sabe quem paga a conta é ele. Ele é que vai pagar a dívida de uns poucos. E é muito fácil atirar com pólvora alheia, como diz o ditado popular", lembrou o Presidente.

JULIO ALCANTARA



Ulysses responde a Sarney entre os relatores Fogaça, Konder, Afonso e Cabral

Ulysses não esconde a irritação com críticas

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, demonstrou irritação ontem ao comentar as críticas feitas pelo presidente Sarney ao projeto constitucional, durante o programa "Conversa ao pé do rádio". Para Ulysses, só a reforma tributária que está sendo feita já é um "trabalho extraordinário que irá mudar a qualidade de vida das populações que estão nos municípios, e não aqui no Distrito Federal, muito menos est-a-o no Palácio do Planalto, e muito menos na sala do Presidente, e muito menos na mesa que era de Getúlio Vargas".

Segundo Ulysses, a Constituição irá estabelecer condições de governabilidade ao País — coisa que nenhuma Carta anterior foi capaz de fazer, disse. O principal foco de sua defesa ao novo texto esteve centrado na transferência da responsabilidade da União para os Estados e municípios na arrecadação e aplicação de grande parte dos impostos. De acordo com Ulysses, se a Constituição tivesse feito só isso já seria "excelente". Acrescentou que "isso estamos fazendo" e, ainda, "como dizia o Virgílio Távora, as saudações. Essas saudações eu mando para várias pessoas".

Uma delas certamente é o presidente Sarney. Além da desconcentração administrativa que irá evitar, por exemplo, que prefeitos venham a Brasília pedir ambulância — como citou Ulysses, o presidente do PMDB listou alguns avanços obtidos na área social. Durante a entrevista frisou que "o Governo precisa estar onde está o homem e não é o homem que precisa correr atrás do Governo". Segundo Ulysses, as críticas aos trabalhos constitucionais são bem-vindas, mas ressaltou que elas não podem ser feitas como se o texto fosse o definitivo.

LACUNAS
As lacunas existentes no projeto foram reconhecidas pelo deputado que afirmou serem as "correções" necessárias. Ontem o relator Bernardo Cabral,

seus adjuntos e o próprio Ulysses Guimarães, chegaram até a metade do trabalho de exame das emendas apresentadas. Cerca de 900 já receberam o parecer favorável ou contrário de Cabral. Segunda-feira será a entrega dos pareceres. Para isso os relatores estarão reunidos durante todo o final de semana.

Para a quarta-feira está marcada uma reunião de líderes que deverão estudar maneiras de agilizar o processo de votação no segundo turno. Existe a possibilidade, segundo Ulysses, de haver uma união das emendas de teor semelhante. A falta de quorum para realização das sessões parece não preocupá-lo. Ele acredita que os constituintes estarão presentes em plenário primeiro porque "é esse o dever de cada um", e depois porque se não comparecerem serão reprovados pelos eleitores nas próximas eleições.

PROFESSORES

As emendas que incluem os professores universitários entre os beneficiados pela aposentadoria aos 25 e 30 anos de trabalho em sala de aula, s-ao as recordistas até o momento. De acordo com Cabral foram apresentadas 40 propostas nesse sentido. Ele não quis adiantar seu parecer sobre matérias polêmicas. Tem guardado sua opinião sobre por exemplo, o voto de 16 anos, com cuidado, para evitar movimentações precipitadas.

Até ontem à noite os relatores haviam esgotado os três primeiros títulos do projeto. O IV e V títulos foram deixados pela metade para que o relator pudesse contar com a ajuda dos especialistas em economia — José Serra e Francisco Dornelles — nos capítulos da Ordem Econômica, título VII, já que hoje esses deputados deverão viajar para suas cidades. Cabral reafirmou, uma vez mais, que seu critério de avaliação das emendas obedece dois pontos fundamentais — as fusões votadas e os acordos de lideranças serão sempre respeitados.

Presidente lamenta reação

"Lamento que o Dr. Ulysses Guimarães, por quem tenho grande estima, respeito e consideração, tenha sido vítima de uma cilada". Esta foi a reação do presidente José Sarney, ao ficar sabendo dos termos da entrevista do deputado Ulysses Guimarães, em que critica a interferência de Sarney nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. A informação foi passada pelo secretário de Imprensa da Presidência da República, jornalista Ricardo Pedreira, por volta das 21 horas, depois de uma curta reunião com o ministro chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, supervisor do siste-

ma de comunicação do governo.

— Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por cadeia obrigatória de rádio, liderada pela Radiobrás. A entrevista de televisão foi concedida pelo presidente Sarney à Rede Manchete de Televisão, e foi ao ar na noite de quinta-feira.

OAB quer manter ordem para prisão

A supressão de norma do projeto constitucional que exige ordem escrita de autoridade judiciária competente para a prisão de um cidadão, quando não houver flagrante delito, significará um atentado às liberdades públicas, na medida em que irá conferir aos policiais o poder arbitrário de efetuar prisões. A avaliação é do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos. Ele informou que uma das prioridades da entidade nessa nova fase da Constituinte será a defesa do texto aprovado em primeiro turno de votação so-

bre a matéria. Thomaz Bastos destacou que a tradição brasileira sempre rejeitou a prisão cautelar sem despacho judicial. Lembrou que apenas durante o Estado Novo e na vigência do AI-5, quando a Lei de Segurança Nacional sofreu uma alteração, foram admitidas prisões sem autorização do juiz.

— No momento em que a Nação empenha-se na redemocratização do País, constitui verdadeiro absurdo a tentativa de adoção de um mecanismo utilizado somente nos períodos autoritários de tão triste memória.



Castello Branco
**Lauda sobre
Castello dá
outra versão**

O acidente aeronáutico que causou a morte do ex-presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em Fortaleza, teve como fator a penetração da aeronave civil que o transportava no espaço aéreo reservado, exclusivamente, a aviões de treinamento militar. A informação é do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica, questionado ontem sobre o artigo assinado pelo jornalista José Wamberto, que deixa no ar a possibilidade que o acidente tenha ocorrido em outras condições.

O avião de treinamento militar FT-33, do 19º Grupo de Aviação de CCaça, sediado em Fortaleza, realizava missão de treinamento na área, integrando uma esquadrilha de quatro aeronaves, quando atingiu o teco-teco que transportava Castello Branco. Segundo afirma o então aspirante a oficial (piloto do avião), Alfredo Malan, hoje tenente-coronel, ele só percebeu que tinha atingido o avião civil, depois de pousar na pista do grupo. Malan, atualmente servindo na área do Departamento de Aviação Civil (DAC), é filho do general Malan, grande amigo do general Castello Branco.

O laudo pericial do acidente encontra-se arquivado no Centro de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, em Brasília, à disposição de quem quiser conhecer, nos mínimos detalhes, as informações nele contidas.

Os períodos de espaços al texto, terá prior de partit, através da ia, concorre com o que a e a inflação definitivamente

nais do que a e Sarney, que ro Mailson da o necessário, liência do m- es, o desarm- texto produzi- Nacional é nacional. De ara um porvir nento que os capitalistas re- ernos gigantes- que avançam

caminhá para o ais retrógrada história. Que brasileiros por- tacer corretá- ático direito de

RTINS, 52, advogado, é ico na Faculdade de nrie (SP) e presidente ilito e Economia.

O QUE DISSE O PRESIDENTE

Aqui vos fala mais uma vez o presidente José Sarney, na nossa habitual Conversa ao Pé do Rádio das sexta-feiras. Hoje, 15 de julho de 1988. Como venho fazendo desde o início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, quero fazer algumas observações sobre o segundo turno das votações previstas para dentro de dez dias. Todos sabem, mas é sempre bom insistir, considero a nova Constituição uma necessidade dos novos tempos do País. Ela é indispensável para a fase democrática que está sendo implantada no Brasil.

Há três anos, desde que cheguei à Presidência, o povo vive um clima de liberdade e respeito à lei, um clima tão avançado como desfrutado pelos povos mais civilizados do mundo. Esta situação atual, porém, é um esforço de transição. Com a Constituição e depois de aprovadas as leis complementares, termina este período e entraremos efetivamente numa nova ordem jurídica permanente. Por isso é importante que a nova Constituição seja um trabalho definitivo, bem pensado, bem redigido, moderno, com um mínimo de erros, sem fantasias ou ilusões, por mais generosas que sejam essas ilusões e essas fantasias.

Depois de dezoito meses de trabalho e de muita polêmica, a nova Constituição está quase pronta. O projeto contém avanços na área social. Aumenta o elenco dos direitos fundamentais individuais. A nova Constituição torna realidade um velho sonho da democracia brasileira; torna o Congresso mais forte, dá aos nossos parlamentares meios eficazes de exercer seu poder de fiscalização, mas, não podemos dizer que a Constituição tenha uma unidade. Em alguns pontos ela foi muito mais voltada para o passado do que para o presente e também para o futuro. Em alguns casos, ela foi casuística.

Quero citar, por exemplo, alguns excessos de detalhamento de direitos e de relações de trabalho que são alterados com o tempo e que, no entanto, foram elevados a artigos da Constituição. Coisas que devem constar das leis ordinárias entraram injustificadamente no corpo constitucional. Para dar exemplo, o caso da jornada máxima de trabalho, que vai desorganizar alguns setores industriais. Este assunto do número de horas de trabalho é de competência dos sindicatos nos acordos coletivos. A empresa que pode reduzir, reduz, a que tiver de aumentar, no interesse da empresa e dos trabalhadores, aumenta. Depende de negociação. Há previsão, por exemplo, de que, com esse dispositivo, teremos dificuldades para colocação dos nossos produtos siderúrgicos, que perdem competitividade no setor internacional e aumentam o preço das mercadorias que necessitam de produtos siderúrgicos no setor interno.

Pode citar-se também a equiparação dos direitos do trabalhador avulso aos do trabalhador permanente. Isto vai impedir que milhões de pessoas que hoje ganham sua vida prestando serviço avulso, como as faxineiras, por exemplo, continuem trabalhando e que ganhem pelas vezes ou dias em que trabalhar. E, em princípio, em aparência, uma idéia boa, mas no fundo é um fato ruim. Des-

tas vezes antagônicas. Citamos aqui alguns casos exemplares que precisam ser corrigidos nesta segunda fase em que a Constituição vai ver e repensar o projeto de Constituição. Tem muitos outros dispositivos que precisam ser devidamente corrigidos. E eu espero que a Constituinte, com patriotismo, possa elaborar esse trabalho em favor do Brasil. E o que espero o povo brasileiro.

E quem paga esse dinheiro? O povo brasileiro. Só a anistia aos pequenos empresários e agricultores representará um prejuízo de trezentos e setenta e sete bilhões de cruzados, dos quais oitenta por cento dos bancos oficiais. E simpático anistiar devedores em dificuldades, mas o povo brasileiro sabe quem paga a dívida é ele. Ele é que vai pagar a dívida de uns poucos, e é muito fácil, atirar com pólvora alheia, como diz o ditado popular. Uma série de três artigos nas disposições transitórias promovem a volta ao serviço público de funcionários demitidos, consegue estabilidade aos cinco anos e garante aposentadoria pelo pico de salários que um dia eventualmente qualquer funcionário tenha alcançado. Fala mesmo que a aposentadoria deve ser pela lei vigente à época de sua admissão ao serviço. Esses benefícios alcançam os servidores federais, estaduais e municipais e demandarão uma despesa tão alta que, neste momento, é impossível de se avaliar. Para dar um exemplo, só nas Forças Armadas teremos promoção a marechal de muitos e muitos militares. Sem falar em servidores civis de alta hierarquia.

Eu acredito, sinceramente, no patriotismo e boa vontade da Constituinte, que deve corrigir esses dispositivos. Deve ter como objetivo principal o bem comum, o bem público, o interesse coletivo e fugir à pressão de grupos para que não caia em casuismo dessa natureza.

Outra idéia boa de consequências danosas, é o dispositivo que exige ordem judicial para prisões. Eu já tive oportunidade de falar neste assunto nesse programa. O desejo que teve o Constituinte que apresentasse este dispositivo foi de evitar que o cidadão seja vítima de arbítrio. Mas, em vez disso, o que ele fez foi facilitar a fuga dos bandidos e viabilizar, por exemplo, os instrumentos disciplinares internos das Forças Armadas como a prisão disciplinar imposta pelos superiores nos quartéis e navios de guerra. Nós que estamos tão envolvidos no País inteiro pela violência, com esse dispositivo ficaremos mais tolhidos para combater a violência e nada mais aspira o povo hoje em dia do que tranquilidade e segurança. Também esse dispositivo impedirá as prisões administrativas que podem ser determinadas pelos ministros de Estado, prejudicando, portanto, o combate à corrupção. Prejudicará o ministro da Justiça a decretar a prisão de estrangeiros que estejam irregularmente no País. Esse artigo, portanto, no lugar de proteger o cidadão, vai comprometer os instrumentos de defesa da própria sociedade contra a delinqüência e a contravenção.

Deu o projeto excelente solução a reforma do Poder Judiciário, a organização do Ministério Público, a advocacia geral da União e das forças policiais, civis e militares. Nem tudo, porém, pode ser perfeito, sobretudo, uma Constituição nascida de um esforço para harmonizar posições ideológicas divergentes e mul-

tas vezes antagônicas. Citamos aqui alguns casos exemplares que precisam ser corrigidos nesta segunda fase em que a Constituição vai ver e repensar o projeto de Constituição. Tem muitos outros dispositivos que precisam ser devidamente corrigidos. E eu espero que a Constituinte, com patriotismo, possa elaborar esse trabalho em favor do Brasil. E o que espero o povo brasileiro.

Agora, para terminar essa conversa, uma palavra de otimismo, como sempre faço, citando fatos. Eu quero anunciar mais uma vez a descoberta de petróleo no litoral do Paraná e Santa Catarina, que tive a satisfação de anunciar na última quarta-feira, dia 13 de Junho. Estamos diante de um novo campo de grandes proporções, com quarenta quilômetros quadrados de extensão, a cento e setenta quilômetros da costa com uma visão comercial que pode chegar a dez mil barris/dia de um óleo de excelente qualidade. Nestes três anos nós estamos com um trabalho excelente da Petrobrás, de pesquisa, revertendo a posição do Brasil neste setor.

Nós estamos abrindo a perspectiva do País tornar-se auto-suficiente em petróleo e até mesmo poder vislumbrar no futuro ser exportador de petróleo. Nós estamos desmentindo com os fatos aquela profecia de que o Brasil era um País pobre em hidrocarbonetos. Dentro de dez dias eu vou ao Amazonas para assistir a entrada em operação do campo de petróleo de Urucu, que também teve oportunidade de anunciar aqui no dia em que foi descoberto. As descobertas da Ilha de Marajó, que também anunciei, são da maior importância e em breve teremos mais informações a dar aos brasileiros através do segundo poço exploratório que será furado naquela região.

A verdade é que estamos avançando, aumentando cada vez mais nossas reservas, ampliando nossa produção e temos que ser otimistas como sempre fomos em relação ao nosso País.

Quero também comunicar que a política fiscal está sendo executada firmemente. Recebi ontem do ministro da Fazenda a informação de que o déficit público neste ano — até o mês de maio, são os dados que temos disponíveis —, foi de 0,85 por cento assegurando o cumprimento da meta de 4 por cento folgadoamente até o fim do ano. Temos agido com mão-de-ferro, mas o resultado virá.

Ano passado, nesse mesmo período nós tínhamos tido um déficit de 1,85 por cento. Os choques, do milho, da soja, do feijão e outros, e a alta verificada no setor internacional por causa da seca nos Estados Unidos. Nada que diga respeito a nossa política econômica; isto é, nenhum perigo de hiperinflação ou inflação descontrolada como sempre desejam os especuladores e os anunciadores de caos.

Quero mais uma vez despedir-me das brasileiras e brasileiros, reafirmando a nossa crença no nosso grande País, no nosso grande povo, que tem sempre, para cada fato negativo, muitos fatores positivos, não alimentando nossas esperanças, mas confirmando as esperanças e confirmando as certezas.

Bom dia, muito obrigado e até a próxima sexta-feira.